Ata da sessão extraordinária do dia 21 de novembro de 2018 ----------

--- Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja pelas 20h30m, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, com a seguinte ORDEM DO DIA ----------

Ponto 1 - Junta de Freguesia de Azambuja

1.1- Acordo de Execução ----------36/P/2018

1.2 – Contrato Interadministrativo ---------- 43/P/2018

Ponto 2 Adendas aos Acordos de Execução/Contratos interadministrativos:

2.1 - União de Freguesias de Manique do Intendente, Maçussa e V.N.S. Pedro ---------- 68/P/2018

2.2 - Junta de Freguesia de Aveiras de Cima ----------69/P/2018

2.3 - Junta de Freguesia de Azambuja ---------- 70/P/2018

Ponto 3 Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município ----------97/V-SL/2018

Ponto 4 – Alteração dos Contratos Financeiros/Contrato de Concessão Relativo á Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais da Azambuja ----------53/P/2018

Ponto 5 - – Informações: Relatório de Avaliação 2017 – Estatuto do Direito de Oposição

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Bráz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. ----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge de Oliveira Lopes, Ana Paula Abreu Martins, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Fernando Fernandes, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, André salema, Luís Filipe Marcelino Figueiredo, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Ana Paula Moura, Margarida Helena Lages Maia, Maria Arminda Marques Tavares, Pedro Salazar, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Vitor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. ----------

---------- **ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

--- o Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão, cumprimentou todos os presentes e informou das substituições ocorridas, nomeadamente os Senhores Deputados Municipais Inês Louro, Manuel Couceiro, António Nobre e Jose Luís Santos, respetivamente por Pedro Salazar, Ana Paula Moura, Ana Paula Martins e André Salema. ----------

---- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO. ----------

--- Foi dada a palavra ao Sr. António Pires que informou que o aterro da Triaza fazia descargas ao fim de semana, que no dia 17 tinha havido descargas dos veículos 39-PE-82 às 9h40m e do 36-NO-82 às 9h30m, sendo que este último voltara a descarregar no domingo e os resíduos que trazia foram de imediato enterrados. Na sequência de uma sua denúncia ao IGAMAOT, feita no dia 8/4/2018 este organismo deslocara-se lá e elaborara uma contraordenação enquanto que o relatório da Comissão de fiscalização do Aterro datada de 10/4/208 nada referia, no dia 16/11/2018 a fiscalização voltara ao aterro, referira a existência de *"animaizinhos"* no lago de águas lixiviantes mas nada referia acerca das incrustações por cima vindas das águas do aterro.

--- Inscreveu-se e foi dada a palavra com o consentimento dos demais Deputados, o Sr. André Salema que na qualidade de público solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse um ponto de situação acerca das negociações com o IP para a N3, se a Câmara Municipal de Alenquer tinha recuado neste assunto, se estaria previsto algum outro tipo de investimento na N 3, dado o aumento de operadores logísticos que se dizia virem a instalar-se , em que ponto estava o PPFUA e se estava prevista alguma empreitada de recuperação de calçadas em Azambuja e particularmente na Rua principal que estava caótica.----------

--- Em resposta o Sr. Presidente disse que em reunião tida na EP a que fora também o Sr. Vereador silvino Lúcio, ficara acordado a construção de duas rotundas, a colocação de traço contínuo no eixo separador da via e a colocação de pinos refletores, relativamente a Alenquer considerou não fazer qualquer observação , acerca de PPFU, disse estarem a decorrer os trabalhos com os projetistas e alguns proprietários e que já estava lançada a empreitada de reparação de calçadas na Vila de azambuja, que incluía a rua principal. ----------

--- Foi dada a palavra ao Sr. Mário Peralta que referiu que o assunto que o trazia já tinha sido por ele reportado à Assembleia de Freguesia e à Câmara Municipal, através de mail com fotografias em anexo e que referia a má drenagem de águas pluviais na estrada municipal 535/1-Casais do Alfaro/ Qta do Curral do Boi que se escoavam para debaixo da sua habitação, provocando fissuras nas paredes. Disse saber que o assunto já estava com o responsável técnico e não percebia o motivo de não ter tido qualquer tipo de resposta o que achava inadmissível, dizendo desde logo que responsabilizaria a Câmara Municipal se algo de trágico acontecesse. Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Vereador Silvino Lúcio estava a tratar do assunto, já se lá tinha deslocado e que estava tudo a ser tratado para fazer a correção da situação.----------

--- Não havendo mais intervenções do Público o Senhor Presidente da Mesa deu início à Ordem de Trabalhos, dizendo que de acordo com o decidido na reunião da Comissão Permanente o ponto 1 seria discutido na globalidade sendo a votação individual. ----------

---------- **ORDEM DO DIA** ----------

--- Ponto 1 – Junta de Freguesia de Azambuja ----------

---1.1 - Acordo de Execução ----------**36/P/2018**

--- 1.2 – Contrato Interadministrativo ----------**43/P/2018**

--- O Sr. Presidente da Câmara, explicou que os documentos não tinham sido votados na anterior Assembleia Municipal por não terem sido aprovados em Assembleia de Freguesia, o que agora acontecera. ----------

--- Não houve discussão acerca do assunto.----------

--- A Proposta 36/P/2018, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 BE) e 6 votos contra (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

--- A Proposta 43/P/2018, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 BE) e 6 votos contra (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

--- O Grupo PSD apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: ----------

--- "DECLARAÇÂO DE VOTO, PROPOSTAS N. º 36/P/2018 E N º 43/P/2018----------

--- Antes de mais, o Grupo Municipal do PSD declara o seguinte: ----------

--- Mantemos a posição política que apresentámos na última reunião da Assembleia Municipal.----------

--- Isto é, em termos genéricos, os acordos de execução e os contratos interadministrativos aprovados pela Câmara são melhores que os documentos aprovados em 2014. ----------

--- Contudo, entendemos que a Câmara podia e devia ter ido mais longe. Ou seja, a Câmara podia e devia ter garantido às Freguesias mais meios técnicos, mais meios humanos, mais meios financeiros, designadamente face às atuais disponibilidades financeiras, ----------

---Defendemos e continuamos a defender a autonomia das Freguesias face ao poder municipal.

Respeitamos e continuaremos a respeitar, política e institucionalmente, todos os órgãos de Freguesia.

--- E foi com este respeito político e institucional que os deputados municipais do PSD assistiram, nomeadamente, às duas últimas reuniões da Assembleia de Freguesia de Azambuja, onde foram discutidos e votados o acordo de execução e o contrato Interadministrativo. ----------

--- Nessas duas reuniões da Assembleia de Freguesia ficou claro para nós que a atual Junta de Freguesia de Azambuja é urna mera Junta de Freguesia de faz-de-conta. ----------

--- No Facebook a Junta faz-de-conta que as ruas e os espaços públicos estão limpos e cuidados, mas na realidade tudo continua tão sujo e desleixado como antes. ----------

Na realidade, a atual Junta de Freguesia de Azambuja o que faz é brincar às festas e festinhas, a tempo inteiro, com a Sra. Presidente da Junta a ganhar um ordenado mensal de € 1.449,76, acrescido de € 422,17 para despesas de representação. ----------

--- Foi neste faz-de-conta que este PS da Junta de Azambuja quis convencer os membros da Assembleia de Freguesia que a rejeição destas propostas iria pôr em causa a higiene e limpeza urbana e o corte de vegetação em bermas e valetas, entre outras "catástrofes" anunciadas. ----

---Ora, que não há limpeza urbana e corte de vegetação todos sabemos! ----------

--- E o povo dos Casais e da Vila de Azambuja, disso repetidamente se queixa. ----------

--- Esta falta de limpeza e este estado de permanente desmazelo nada tem a ver com acordos ou contratos. Basta ver as outras Freguesias do nosso Concelho, que estão limpas e cuidadas. ------

--- A falta de limpeza e o estado de permanente desmazelo da Freguesia de Azambuja tem como única causa a total incapacidade deste PS da Junta em executar as competências que acorda aceitar vindas da Câmara. ----------

--- Foi assim no anterior mandato e assim continua.----------

--- Foi neste faz-de-conta que este PS da Junta de Azambuja anunciou o aumento do reforço de verbas para alocação à higiene e limpeza urbana e corte de vegetação em bermas e valetas. ----

--- Mas, se o aumento global de verbas deste novo acordo de execução é de € 3000 qual é o reforço de limpeza que isto permite? ----------

---Recordamos que a Junta de Azambuja recebeu, numa manobra eleitoralista, € 50.000 por compensação dos trabalhadores que a Câmara não deu à Junta; agora com mais € 3000 a não há nem trabalhadores nem dinheiro, ----------

--- É com este valor de 3000 euros que a Junta promete contratar mais pessoal? E que promete a aquisição de serviços? E que promete a aquisição de equipamento? ----------

--- Isto é só faz-de-conta!----------

--- Foi também neste faz-de-conta que este PS da Junta de Azambuja anunciou o aumento do Quadro de Pessoal para contratação de assistentes operacionais (sem identificação de quantos) e de dois assistentes técnicos (um para os serviços administrativos e outro para a chefia das equipas externas). ----------

--- Ora, de acordo com a proposta de Orçamento de Estado para 2019, o salário base de um assistente operacional será de € 653,07 e de um assistente técnico é de € 683,13, sem os encargos sociais, pelo que o custo anual com a admissão de 4 trabalhadores será de, pelo menos, € 37.413,60. ----------

--- Como pretende a Junta assegurar esta verba? Será com a verba de € 42.557,48 prevista no contrato interadministrativo? Em que estado irão ficar então os caminhos e as estradas só com os € 5000 que sobram?----------

--- Isto é só faz-de-conta!----------

--- A Junta de Freguesia de Azambuja não faz aquilo que lhe compete. Mas faz de conta de querer fazer aquilo que não pode, ----------

--- Este PS da Junta de Azambuja não está a ser sério, nem responsável. ----------

--- A menos que, à boa maneira dos arranjinhos do PS, estes acordos sejam só a forma de capear o dinheiro que a Câmara transfere para a Junta, e na verdade nem esta Junta tem a intenção de os executar, nem a Câmara tem a intenção de fiscalizar a sua execução, ----------

--- Na Assembleia de Freguesia de Azambuja, os eleitos do PSD rejeitaram estas propostas, porque entenderam que estes documentos não dão garantias suficientes para que nos próximos 3/4 anos venhamos a ter uma Freguesia mais limpa e cuidada. ----------

--- E que Junta de Freguesia tome as opções políticas mais corretas e que deixe de tirar dinheiro de onde faz falta para pôr onde faz vista, ----------

--- O PSD rejeitou estas propostas para que as mesmas fossem alteradas. Fossem alteradas para melhor. ----------

--- Não se trata só de mais dinheiro. Mais dinheiro entregue a uma má gestão não resolve problemas, só os aumenta. ----------

--- Trata-se de assegurar as garantias necessárias, financeiras e outras, em como irá haver a capacidade de executar as competências que se aceitam. ----------

--- Contudo, os documentos não sofreram quaisquer alterações. ----------

--- Por isso, a bem da Freguesia de Azambuja, também na Assembleia Municipal, o PSD votou contra estas propostas." ----------

--- O CDS apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: ----------

--- "Por uma questão de coerência com a tomada de posição do nosso menbro da Assembleia de Freguesia de Azambuja, votámos contra, até porque não houve alteração nenhuma a nível de valores, não cedemos a promessas vãs e votamos contra um Orçamento na proposta que consideramos que não defende os interesses da população da Freguesia de Azambuja." ----------

--- O BE apresentou a Declaração de Voto que se transcreve: ----------

--- "A não aprovação em Assembleia de Freguesia de Azambuja dos Acordo de Execução e dos Contratos de Competências a celebrar com a Câmara Municipal de Azambuja, eventualmente criou uma situação política grave com incidência na elaboração do Orçamento e Plano de atividades do próximo ano na Freguesia de Azambuja. ----------

--- O BE ao definir a sua posição nessa matéria levou em conta não apenas os Contratos em si, em relação aos quais tem algumas reservas, mas igualmente a capacidade que a nossa Junta tinha quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista político, para o executar em condições de suprir as principais debilidades que ao longo dos anos têm vindo a manifestar na sua ação. ----------

--- Com isto em mente, respondeu ao convite formulado pelo Partido Socialista para uma discussão sobre esta matéria que permitisse ultrapassar o impasse criado. Desde o primeiro momento manifestamos que estávamos nessa conversa com propósito construtivo, como aliás sempre estamos em todas as matérias quer da Assembleia de Freguesia de Azambuja, quer da Assembleia Municipal, ao longo de todos os anos em que temos participado dela, com um propósito construtivo e com toda a transparência, sem qualquer intuito negocial, mas com ideias bem claras sobre aquilo que no nosso entendimento a Freguesia de Azambuja necessita, levando em conta a realidade política do momento e que poderia resumir-se em cinco corretos temas, maior democraticidade interna, reduzida concentração excessiva de poderes na presidência da Junta, bem como um melhor e mais rápido acesso por parte da oposição ás decisões estratégicas relacionadas com a Freguesia. Reorganização do executivo da Junta com a atribuição de responsabilidades diferenciadas entre os seus membros. Reorganização dos serviços, nomeadamente através da contratação de pessoal que possa permitir uma mais rápida resposta ás questões e nomeadamente um aumento de recursos humanos e materiais afetos à limpeza da Freguesia nas suas diversas vertentes. Finalmente a possibilidade de serem revistos os Acordos de Execução com a Câmara Municipal, após um período de aplicação das novas condições acima enunciadas e depois de um balanço político e funcional dessa realidade com a

elaboração de um cronograma com um conjunto de medidas que permita o controle da sua execução. Entendeu o Partido Socialista apresentar o documento à Assembleia de Freguesia de Azambuja que contratou largamente essas medidas, ressalvando a nossa reserva da tipologia dos contratos de trabalho a efetuar e sobre o protocolo com o estabelecimento Prisional de Alcoentre cujo teor desconhecemos. Atendendo ao exposto foi entendimento do BE estarem criadas as condições para neste momento viabilizar os documentos em questão, salientando, no entanto, esperar que todas as medidas preconizadas, incluindo a reorganização política do executivo da Junta de Freguesia tenha tradução já no próximo Orçamento, sem alibis nem desculpas por parte da maioria do Partido Socialista" ----------

--- Ponto 2 – Adendas aos Acordos de Execução/Contratos interadministrativos----------

--- O Sr. Presidente da Câmara, informou que as adendas vinham na sequência de existirem situações não contempladas nos acordos de execução / contratos interadministrativos celebrados com as três Juntas e que na sequência de reuniões tidas com os Srs. Presidentes de Junta tinham elaborado o documento que comtemplava no caso de Azambuja, o minicampo dos Espanhóis, a Qta da Marquesa e o Torricado, em Aveiras de Cima a manutenção de uma casa de banho feita no espaço sénior e o parque infantil da travessa do Parque e, em Manique do Intendente a manutenção de Jardins. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Jorge Lopes, que considerou "*absurdo*" o facto de ter sido votado no ponto anterior o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, e estar-se a votar uma adenda que o corrigia de seguida, solicitou as informações técnicas referidas nos considerandos das Propostas 69 e 70 P/2018, que não faziam parte das mesmas e referiu que o ponto 2 da cláusula 5 das propostas colocavam em desigualdade as Freguesias de Azambuja e Aveiras de cima relativamente ás outras, dado que estipulavam apoio técnico dado pela Câmara nas tarefas que ultrapassassem a manutenção e conservação de jardins, o que não acontecia com as outras, o que o levava a considerar que não houvera colaboração entre a Câmara e as Juntas na elaboração dos documentos. ----------

--- Disse que a Câmara se colocava numa situação embaraçosa quando argumentava a Delegação de Competências nas Juntas, com base na falta de recursos humanos e de meios técnicos, considerando que *"se a Câmara Municipal não tem meios técnicos e Pessoal para fazer a festa do Torricado, mais vale fechar as portas"*, disse perceber a intenção do que fora escrito, mas que se devia ter cuidado com a forma como tal era redigido. Para finalizar referiu que ou os documentos eram retificados e corrigidos ou o Grupo PSD votaria contra.----------

--- O Senhor Presidente de Câmara sugeriu que dada a presença dos Senhores Presidentes de Junta na reunião era possível perguntar-lhes da existência ou não de reuniões e se estes deram ou não contributos, salientando que a intervenção do Senhor deputado tinha a ver com o facto de a Junta de Freguesia de azambuja estar envolvida. Disse que já fora Presidente de Junta, sabia bem as dificuldades financeiras que tal cargo acarretavam que tinham sido transferidas competências, algumas a pedido dos Senhores Presidentes de Junta, mas que os acordos não eram estanques e poderiam ser renegociados no futuro. ----------

--- O Senhor Deputado António Jorge Lopes, reiterou o pedido das informações técnicas e perguntou ao Presidente da Mesa se achava que as Propostas poderiam ser votadas estando insuficientemente instruídas, e que ainda que não fora dada explicação para a diferente atuação relativamente aos jardins das Freguesias. O Senhor Presidente da Mesa espondeu que não tinha qualquer tipo de participação na feitura das Propostas após o que o Senhor Presidente da Câmara explicou que fora feito um levantamento dos equipamentos existentes nos parques e campos pelos técnicos da Câmara e se o Deputado quisesse poder-lha-ia fazer chegar. ----------
-

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Torrão, Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, que disse terem existido reuniões e acordos entre a Câmara e as Juntas,

naturalmente qualquer Junta gostaria de ter mais, mas as suas sugestões tinham sido de forma geral atendidas pelo que não podia ouvir dizer o contrário. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Claro, que referiu como altamente positiva a abertura do Senhor Presidente para renegociar os Contratos fazendo os ajustamentos necessários, contrariando a posição tomada na assembleia anterior, pelo que referiu que o BE se congratulava por ter tido um papel construtivo para a resolução do mesmo. Disse não acompanhar na totalidade o que o deputado Lopes dissera, mas considerava importante referir a falta de elementos em relação à Adenda, ou se verificava a existência da informação técnica e assim sendo deveria ter sido fornecida com a Proposta, pois dela constava, ou não existia e o parágrafo era *"corte e cola de outra coisa qualquer e deveria ter tido um olhar mais atento"*, mas, dada a posição dos Senhores Presidentes de Junta, vinculada pelo deputado Torrão sem a negação dos outros, não considerava a falta da informação impeditiva para votar as adendas apresentadas. Chamou a atenção para o facto de ser recorrente, que a Assembleia municipal não tivesse acesso a toda a documentação que deveria ter para bem apreciar as propostas apresentadas, pelo que requereu que a informação técnica referida nos considerandos das Proposta lhe fosse entregue em tempo útil, sem prejuízo, como já dissera de se avançar com a votação dos documentos em causa. Em resposta o Senhor Presidente comentou que tinha sensibilidade nestas matéria, pois fora Presidente de Junta muitos anos e sabia as dificuldades que passara, que teria sido mal entendido o que dissera na anterior Assembleia, pois o que tinha dito era que não mexeria nos Contratos com Azambuja, porque estavam feitos desde início com critérios de igualdade para todas as Juntas, e para finalizar reiterou a disponibilidade para no próximo ano se fazer os acertos que entretanto se mostrassem necessários. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Parruca, que reforçou a opinião do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima e acrescentou que nas reuniões tidas o sr. Presidente da Camara sempre dissera que conforme as necessidades avaliadas no presente ano, para o próximo estava aberto à análise e discussão das mesmas.----------

--- O Senhor Deputado, Jose Avelino dos Santos, Presidente da Junta da união de Freguesias, corroborou o que os seus colegas haviam dito. ----------

--- O Senhor Deputado António Jorge Lopes informou que o grupo PSD votaria contra, na votação da Adenda ao contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Azambuja. ----

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos, que considerou ter havido um ano para elaboração dos contratos de Delegação de Competências nas Juntas e passado um mês já se estavam a elaborar Adendas, após o que pediu lhe fosse explicada a dissociação da verba 8.850.00 € referida na cláusula 6ª da Adenda com a Junta de Azambuja, uma vez que era afetada ao Parque infantil e à festa do Torricado, a que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que para a festa do Torricado eram 1.300.00 €, valor que era igual para todas as Freguesias que promovessem esta festa, e para campos relvados 3,25€/m^2. ----------

--- O Senhor Deputado Lúcio Costa informou que o PS votaria favoravelmente as três Adendas, salientou o apoio que o executivo da Câmara Municipal e Azambuja, sempre dera às Juntas de Freguesia, salientando além de outras o empréstimo de máquinas, as escolas e a abertura de caminhos sem referir sequer o que estava agora plasmado nos Acordos. ----------

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armando Calisto, Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Paraíso, corroborou também o que os seus colegas haviam dito, acerca da existência das reuniões tidas, com as Juntas de Freguesia para discussão e elaboração dos Contratos. -----

--- 2.1 - Junta de Freguesia de Azambuja ----------70/P/2018

--- Discutido o assunto foi a Proposta 70/P/2018, aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 BE), 5 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS. ----------

--- 2.2 - Junta de Freguesia de Aveiras de Cima ----------69/P/2018

--- Discutido o assunto foi a Proposta 69/P/2018, aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

---- 2.3 - União de Freguesias de Manique do Intendente, Maçussa e V.N.S. Pedro---68/P/2018

--- Discutido o assunto foi a Proposta 68/P/2018, aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

--- Ponto 3 - Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município ---------- 97/V-SL/2018

--- Foi entendimento de todos os Grupos Políticos que o documento a apreciar não defendia o consumidor no que concerne a este ser ressarcido dos valores a que tem direito, em situação de qualquer tipo de incumprimento por parte da AdAz e que deveria ser trabalhado nesse sentido. O Sr. Vereador Silvino Lúcio referiu que o documento fora elaborada pela AdAz, acompanhado pelo técnico da Câmara Pedro Fragoeiro, que tinham dado o seu melhor e que o que estava realmente a falhar era a parte da defesa do consumidor em termos de indeminizações o que sendo consensual a todos os elementos presentes, poderia ser especificado, assim iriam Juntamente com a AdAz tentar arranjar uma forma de salvaguardar os interesses do consumidor, pelo que o sr. Presidente da Câmara sugeriu a realização de uma reunião na semana seguinte com a AdAz, a Comissão de Planeamento Urbanístico Ambiente e Ordenamento do Território, o Senhor Presidente da Assembleia, e o executivo, para discutirem a melhor forma de solucionar a questão. ----------

--- A Proposta 97/V-SL/2018 foi retirada. ----------

---Ponto 4 - Alteração dos Contratos Financeiros/Contrato de Concessão Relativo á Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais da Azambuja ----------53/P/2018

--- O Deputado Daniel Claro na sequência da necessidade temporal referida na Proposta, perguntou o que aconteceria se os seis meses não fossem suficientes para a AdAz , seguidamente, referiu que a cópia do documento que possuía, nomeadamente o quadro dos investimentos, do que estava ou não concluído estava ilegível, o que não poderia voltar a acontecer, o tarifário das águas anexo ao Regulamento não se lia, razões que considerou suficientes para a retirada do documento. Em resposta o Sr. presidente disse que seriam certamente suficientes caso contrário poriam em risco o plano financeiro. ----------

--- Discutido o assunto foi a Proposta 53/P/2018 aprovada por maioria, com 14 votos a favor do PS, e 14 abstenções (7 da CDU, 1 BE, 5 do PSD e 1 do CDS). ----------

---Ponto 5 – Informações: ----------

--- Relatório de Avaliação 2017 – Estatuto do Direito de Oposição ----------

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos, com base no Estatuto do Direito de Oposição solicitou uma vez que o CDS não tinha representação na Câmara que lhe fosse facultada toda a documentação apresentada nas reuniões da mesma, assim como as respetivas deliberações para poder acompanhar os assuntos.----------

--- O Senhor Deputado Daniel Claro subscreveu o pedido formulado. ----------

--- A Sra. Deputada Ana Catorze perguntou se os Vereadores da Oposição, tinham subscrito o teor do documento, e se estavam em consonância com ele a que o Senhor Presidente da Câmara disse ter sido dada a informação e que o Senhor Vereador Rui Corça se tinha pronunciado acerca dele assim como o Senhor Vereador David Mendes. ----------

--- O Senhor Presidente da Mesa sugeriu que fosse consultada a ata da reunião em que o documento tinha sido apresentado, mas nada tinha a opor a que os Senhores Vereadores da oposição se pronunciassem, se fosse esse o entendimento do Senhor Presidente da Câmara, que nada obstou. ----------

--- O Senhor Vereador Rui Corça agradeceu a oportunidade de poder falar na Assembleia, e disse que tal como manifestara em reunião de Câmara, a opinião do PSD era que sendo o documento

necessário no sentido de proporcionar ás oposições, informação acerca da atividade da Câmara, continha um parágrafo que faltava à verdade quando dizia que no período antes da ordem do dia os Vereadores com pelouros atribuídos davam conhecimento de forma pormenorizada dos eventos e reuniões em que tinham participado, o que não acontecia na generalidade das reuniões, e quando o faziam nunca era de forma pormenorizada. ----------

--- O Sr. Vereador António José Matos, considerou que os Vereadores referiam tudo o que achavam importante ser do conhecimento da oposição e do público em geral. ----------

--- O Sr. Vereador David Mendes, referiu estar admirado que numa Assembleia com vinte e oito membros nenhum se referisse ao documento, sendo necessário que os Vereadores o fizessem, quando estes já tinham tido a oportunidade de expressar as suas opiniões, considerou que os senhores Deputados também o deveriam fazer em sede de Assembleia. Considerou importante que os deputados municipais tivessem acesso às atas da Câmara, até para evitar terem de fazer este tipo de perguntas. Reiterou a ideia de que era importante que a Câmara tivesse um espaço para os partidos políticos, assim como disse que o Sr. Presidente da Câmara sempre se mostrara sensível a isso. ----------

--- O Sr. Presidente da Câmara da Câmara referiu que sempre dissera que enquanto não houvesse disponibilidade de uma sala para os partidos políticos, estes poderiam usar a sala da Assembleia, que tinha uma mesa grande e daria para fazerem as suas reuniões, uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia se mostrara disponível a isso. ----------

--- Esgotada que foi a ordem de trabalhos, a Senhora D. Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, Primeira Secretária da Mesa, passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. - ----------

--- A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter **deliberado, nos termos do n.º 3, do art.º 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de setembro.** ----------

---- ENCERRAMENTO ----------

--- Eram 23 horas e 45 minutos do dia 21 de novembro de 2018, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018

LOCAL: AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PÁTEO DO VALVERDE, AZAMBUJA.

HORA DE INÍCIO: 20 h 40 m

Ordem do dia de acordo com o Edital de 3 de Novembro de 2018, cuja cópia anexa faz parte integrante da presente minuta. ----------

---- Presenças de acordo com relação anexa a esta minuta. ----------

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

---- Presidente Sr. António Manuel Guerra Duarte, 1ª. Secretária a senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e 2º. Secretário o senhor Marcelo José da Costa Oliveira.----------

---- A Deputada Municipal senhora Maria Inês Graça Louro, do PS, foi substituída pelo senhor Pedro Daniel Simões Salazar. ----------

---- O Deputado Municipal senhor Manuel Maria Valadares Couceiro, do PSD, foi substituído pela senhora Ana Paula Marques Moura. ----------

---- O Deputado Municipal senhor José Luís Marques dos Santos, do PS, foi substituído pelo senhor André Salema. ----------

---- O Deputado Municipal senhor António José Fonseca Nobre, da CDU, foi substituído pela senhora Ana Paula Abreu. ----------

PRESENÇAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO: Estiveram presentes, o Sr. Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa, os Srs. Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. ----------

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS

---- Período destinado a intervenções do público residente na área do Município, de acordo com art°. 37°., do Regimento da Assembleia, não tendo existido qualquer deliberação. ----------

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – Junta de Freguesia de Azambuja

1.1 – Acordo de Execução **P 36/P/2018**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 36/P/2018, aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 votos contra (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

1.2 – Contrato Interadministrativo **P 43/P/2018**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 43/P/2018, aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 votos contra (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

PONTO 2 – Adendas aos Acordos de Execução/Contratos Interadministrativos

2.1 – Junta de Freguesia de Azambuja **P 70/P/2018**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 70/P/2018, aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE), 5 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS. ----------

2.2 – Junta de Freguesia de Aveiras de Cima **P 69/P/2018**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 69/P/2018, aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

2.3 União de Freguesias de Manique do Intendente, V. N. S. Pedro e Maçussa **P 68/P/2018**

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 68/P/2018, aprovada, por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS). ----------

PONTO 3 – REGULAMENTO GERAL DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA **P 97/V SL/2018**

---- A proposta foi retirada. ----------

PONTO 4 – ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS FINANCEIROS/CONTRATO DE CONCESSÃO RELATIVO À EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DA ÁGUAS RESIDUAIS DA AZAMBUJA

P 53/P/2018

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 53/P/2018, aprovada, por maioria, com 14 votos a favor do PS e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS). ----

PONTO 5 – INFORMAÇÕES

- Relatório de Avaliação 2017 – Estatuto do Direito de Oposição

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----

APROVAÇÃO DA MINUTA: Unanimidade.

ENCERRAMENTO: 23h e 45 m

A MESA DA ASSEMBLEIA